

PENSAMENTO DECOLONIAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA: AUSÊNCIAS E PERMANÊNCIAS

Tatiane Nunes Loiola Vieira¹, Adriana David Ferreira Gusmão²

¹Doutoranda em Ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Graduada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia. Vice-diretora do Colégio Estadual do Campo de Botuporã.

²Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Ensino na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Resumo: O presente artigo discute a incorporação do pensamento decolonial no ensino de Geografia. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de abordagem essencialmente qualitativa. O resultado dessa revisão bibliográfica está estruturado em duas partes. Na primeira, realiza-se uma discussão acerca do pensamento decolonial e uma breve apresentação do que Maldonado-Torres (2023) chama de arquitetura conceitual básica, que referencia e auxilia na compreensão da decolonialidade. Na segunda parte, realiza-se uma breve reflexão sobre a perspectiva decolonial na educação, corporificada na Pedagogia Decolonial, com destaque para o processo de descolonização no ensino de Geografia e na incorporação do pensamento decolonial na Geografia escolar. Como resultado dessa revisão bibliográfica, constata-se uma produção incipiente no que se refere à educação decolonial na Geografia escolar, pois, apesar do crescente debate em torno da inserção da decolonialidade nas práticas de ensino da Geografia, verifica-se a necessária e urgente renovação epistemológica nesta ciência, tendo em vista o potencial humanístico-crítico que o conhecimento geográfico possui na construção de outras perspectivas que auxiliam no processo formativo do estudante e nas diferentes leituras de mundo.

Palavras-chave: descolonização; ensino de Geografia; pensamento decolonial.

Introdução

Entre as inserções introdutórias é pertinente dizer que o presente resumo emergiu de um artigo com mesmo título e das discussões realizadas na disciplina Ensino e Diversidade Cultural no curso de Doutorado em Ensino, no Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEn) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O referido trabalho tem o objetivo discutir como tem ocorrido a incorporação do pensamento decolonial no ensino de Geografia, e tende a contribuir para o aprofundamento do debate teórico e empírico sobre os processos de descolonização das práticas de ensino na Geografia escolar.

A Geografia, na condição de disciplina escolar, busca, genericamente, auxiliar o estudante na leitura e na compreensão do mundo. De acordo com Cruz (2017), a Geografia, assim como os demais componentes curriculares das Ciências Humanas, é atravessada pela colonialidade do poder

e do saber. A colonialidade, segundo Quijano (2005), é um sistema do mundo moderno que se perpetua após o fim do colonialismo e está fundamentado na superioridade econômica e epistêmica europeia, tal como na anulação das subjetividades e visões de mundo dos povos não europeus.

Inserido numa tendência contestatória dos padrões historicamente criados e na atualidade ainda naturalizados, o presente resumo se enquadra numa discussão incipiente sobre a decolonialidade no ensino de Geografia. Além disso, apresenta uma reflexão sobre a ausência de epistemologias outras na produção do conhecimento geográfico e sobre o potencial crítico que este conhecimento possui na elaboração de outras leituras e compreensões de mundo.

Metodologia

Esse trabalho é produto de uma pesquisa bibliográfica de natureza predominantemente qualitativa, que buscou realizar uma discussão teórica referenciada por alguns dos principais estudos sobre o pensamento decolonial no ensino de Geografia. O levantamento bibliográfico feito partiu do entendimento de Marconi e Lakatos (2003, p. 225) ao destacarem que “[...] em um dado local, alguém ou um grupo, em algum lugar, deve ter feito pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares de certos aspectos da pesquisa pretendida”. Dessa maneira, importantes pesquisas realizadas recentemente constituem o referencial teórico desse trabalho e consubstanciam um debate de significativa envergadura acerca dessa temática.

No levantamento bibliográfico feito, os principais bancos de dados consultados para identificar teses, dissertações e artigos científicos foram a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Scielo e Google Acadêmico. Na pesquisa foram utilizadas as palavras-chave “pensamento decolonial”, “pedagogia decolonial”, “pensamento decolonial e ensino de Geografia” e “descolonização do ensino de Geografia”, com o objetivo de demarcar os resultados das buscas ligados ao tema estudado. Dentre as produções encontradas, foram priorizadas as escritas ou traduzidas para a Língua Portuguesa e foi feita a leitura dos resumos dos artigos, das teses e das dissertações, para finalmente escolher as referências mais pertinentes e adequadas ao objeto de estudo desse trabalho. Os livros usados para ancorar a presente investigação são parte do referencial bibliográfico trabalhado na disciplina Ensino e Diversidade Cultural.

O resultado dessa revisão bibliográfica está estruturado em duas partes. Numa, realiza-se uma discussão acerca do pensamento decolonial e uma breve apresentação da arquitetura conceitual básica que referencia e auxilia na compreensão da colonialidade do saber e do poder, fundamentada principalmente nos estudos de Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2023), Quijano (2005), Mignolo (2008) e Porto-Gonçalves (2017). E na outra parte, foi feita uma breve reflexão sobre a perspectiva decolonial na educação, corporificada na Pedagogia Decolonial,

com destaque para o processo de descolonização no ensino de Geografia e a incorporação do pensamento decolonial na Geografia escolar, ancorada em autores como Walsh, Oliveira e Candau (2018), Suess e Silva (2019) e Cruz (2020).

Resultados e discussão

Toda a riqueza epistêmica do pensamento decolonial na atualidade se constituiu em função de um movimento de resistência ao colonialismo implantado em países latino-americanos no século XVI. O sistema colonial na América Latina se consolidou ao longo de séculos mediante a ocupação, o controle de territórios, a exploração econômica, o domínio político e cultural, tal como pelo expansionismo do pensamento moderno europeu. O projeto de modernidade consolidado pela Europa foi preponderante para a dominação dos povos colonizados, cujo impacto desse sistema de dominação, mesmo após a descolonização, é a colonialidade que se estabelece com a permanência da hegemonia ocidental em vários setores, especialmente nas relações de poder produzidas e no conhecimento constituído e validado.

A colonialidade diz respeito à perpetuação do colonialismo, portanto, “[...] um resíduo irreduzível de nossa formação social e está arraigada em nossa sociedade [...]” (Cruz, 2017, p. 15). Mesmo após o encerramento histórico do sistema colonial e da independência dos países, ela ainda exerce influência em diferentes contextos e aspectos dos povos que foram colonizados. Durante todo o processo de colonização, além da exploração política e econômica, mecanismos de controle foram estabelecidos para invisibilizarem e apagarem as origens e a cultura dos povos dominados.

Maldonado-Torres (2023, p. 36) afirma que a “colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais”. Segundo Cruz (2017, p. 16), todo o “processo de colonização significou a colonização do imaginário do colonizado materializada numa repressão sobre os modos de conhecer e produzir conhecimentos; [...]”. Nessa perspectiva, Quijano (2005, p. 121) elabora e discute o conceito de colonialidade do poder, que se configura na manutenção “[...] de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento e da produção do conhecimento”.

Associado a esse conceito verifica-se a denominação de colonialidade do saber, que de acordo com Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2023, p. 09), “é produto de um longo processo de colonialidade que continuou reproduzindo as lógicas econômicas, políticas, cognitivas, da existência, da relação com a natureza, etc. [...]”, que remontam ao século XVI. A colonialidade do saber revela uma profunda influência eurocêntrica na produção do conhecimento, o que impossibilita às sociedades latino-americanas compreenderem o mundo por meio das suas próprias epistemes e vivências. Assim, o conhecimento produzido fora dos centros hegemônicos

é considerado inválido ou inexistente. Logo, as outras formas de pensar, os outros saberes, as outras culturas, os outros povos são classificados como atrasados, não modernos, subdesenvolvidos.

Nesse contexto emerge o pensamento decolonial, que se apresenta como o pensamento contra hegemônico, “[...] de resistência teórica, epistêmica, cultural, prática e política, à lógica da Modernidade/Colonialidade. [...] Em outras palavras, busca romper com a herança colonial que aflora até os dias atuais na forma em que produzimos conhecimento”, assim como na maneira como a colonialidade reverbera (Silva, 2020, p. 56).

Nesse movimento de resistência da decolonialidade, Mignolo (2008) apresenta uma proposta de descolonização do conhecimento por meio do que ele denominou de desobediência epistêmica. No artigo intitulado *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*, Mignolo (2008) apresenta essa proposta de descolonização de saberes, fundamentada na construção e na difusão de uma visão epistemológica para além do que sempre foi apresentado como conhecimento válido, sem necessariamente eliminar o conhecimento posto, até então, como único e universal. Assim, a proposição ora destacada busca elaborar e reconhecer paradigmas diferentes dos paradigmas coloniais, invisibilizados pelo colonialismo.

Segundo Silva (2020), descolonizar, na perspectiva do conhecimento produzido, é desvincular a própria ciência do poder colonial, isso implica a elaboração de epistemologias outras. Inseridos no contexto da produção de saberes desprendidos da matriz epistemológica ocidental, encontram-se os construtos teóricos da proposta de Boaventura de Sousa Santos, denominada de Epistemologias do Sul. Elas são uma proposta de expansão da imaginação política para lá da exaustão intelectual e política do Norte global, que ampliam as possibilidades de repensar o mundo a partir de saberes e práticas do Sul Global e desenham novos mapas onde cabe o que foi excluído por uma história de epistemicídio (Sousa Santos; Araújo; Baumgarten, 2016).

O objetivo não é a eliminação do pensamento moderno, mas a “[...] criação de um mundo onde muitos mundos possam existir, e onde, portanto, diferentes concepções de tempo, de espaço e subjetividade possam coexistir e também se relacionar produtivamente” (Maldonado-Torres, 2023, p. 36). Afinal, a crítica do pensamento decolonial não é ao pensamento universal, mas à ideia de que há um único pensamento universal (Porto-Gonçalves, 2017).

Em face do exposto, o colonialismo, a colonialidade, a desobediência epistêmica, as epistemologias do sul, são alguns conceitos-base e estratégias que fortalecem o pensamento decolonial e consubstanciam a categoria analítica decolonialidade. A decolonialidade, por sua vez, busca ultrapassar historicamente, simbolicamente e epistemologicamente a colonialidade, que não findou mesmo com a dissolução do colonialismo.

O predomínio do universalismo etnocêntrico, bem como o controle da subjetividade e do conhecimento produzido pelas ciências sociais demandam um posicionamento crítico da educação, capaz de, efetivamente, contribuir com os processos de descolonização das sociedades ainda dominadas pela forte herança colonial. Segundo Walsh, Oliveira e Candau (2018), apesar de o debate em torno da decolonialidade ser recente no Brasil, nos últimos anos ele tem alcançado maiores proporções, de modo especial, no campo da educação, comprometido com processos educativos descolonizadores e com propostas pedagógicas vinculadas a pensamentos outros e às representatividades do local.

Nessa perspectiva, Catherine Walsh — estadunidense naturalizada equatoriana e importante percursora nas articulações da decolonialidade com a educação — discute o conceito de Pedagogia Decolonial, isto é, uma pedagogia fundamentada na perspectiva de uma educação decolonial. Walsh, Oliveira e Candau (2018), no artigo intitulado Colonialidade e Pedagogia Decolonial: para pensar uma educação outra, realizam um importante debate sobre esse conceito.

Ancorada em estratégias que buscam superar a lógica da colonialidade, a pedagogia decolonial propõe, para além dos espaços educativos, o desmonte da estrutura que consolidou e universalizou a visão de mundo eurocentrada-hegemônica e objetiva no âmbito educacional, por conseguinte, propõe “o descortinar de conhecimentos e de saberes que são silenciados nos currículos escolares, e as/os docentes exerçam sua atividade pedagógica que tragam um Pensamento-Outro”, epistemes outras e novas visões de mundo (Cruz, 2020, p. 158).

Tendo em vista que a colonialidade do poder e do saber se manifesta, principalmente, na forma como o conhecimento é produzido e reproduzido, o campo educacional permanece fortemente estruturado nessa ordem, com isso, a pedagogia decolonial se justifica diante da necessidade de repensar o atual formato de escola, de currículo, de ensino, de formação docente, de cultura escolar, dos processos avaliativos etc. A escola é apresentada, no contexto dessa reflexão, como espaço de reprodução da matriz epistemológica e do modelo de educação moderno-colonial. E, com força semelhante, ela também pode ser um lugar apropriado para questionar a colonialidade, o pensamento universal e os conhecimentos validados e ensinados.

No que tange ao campo específico da Geografia escolar, interesse maior desse estudo, a abordagem da perspectiva decolonial nas práticas de ensino também vem ganhando espaço nos debates e nas produções acadêmicas recentes. Tendo em vista que um dos objetivos centrais da disciplina escolar Geografia é a formação do pensamento crítico e do raciocínio geográfico, esta disciplina ocupa um lugar de grande relevância na formação integral humana e na orientação dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos, além de possuir entre os componentes curriculares

das ciências humanas um potencial teórico e prático capaz de contribuir com o rompimento da colonialidade, que influencia inclusive, a seleção dos conteúdos trabalhados na Geografia escolar.

No entanto, a realidade é desafiadora, pois o que se nota no conhecimento produzido pela ciência geográfica e ensinado nas escolas é que, “tal como em outros conhecimentos científicos, ainda é forte a marca do eurocentrismo em suas bases constitutivas e no modo de agir-pensar de muitos autores” (Suess; Silva, 2019, p. 04). Nessa discussão, Silva (2020, p. 84) acrescenta: “Compreendendo que a herança colonial se manifesta até os dias atuais na forma como produzimos conhecimento, percebemos que quando se trata especificamente da ciência geográfica, esse cenário não muda”. Isto é, a Geografia é uma ciência permeada pela colonialidade do saber e a Geografia ensinada na escola reproduz o conhecimento sistematizado pela referida ciência, indicando assim, que ela enquanto componente curricular da educação básica é vinculada e se apropria do conhecimento produzido no campo acadêmico da ciência geográfica.

No cerne da Geografia escolar existe o desejo de auxiliar o estudante a compreender o mundo e situá-lo criticamente no contexto socioespacial onde vive significa contribuir para a formação cidadã. Suess e Silva (2019, p. 24) salientam que “essa disciplina escolar nem sempre esteve voltada à emancipação de seus sujeitos, pois foi também utilizada para inculcar ideologias das classes dirigentes e interesses hegemônicos”. Nessa perspectiva, é imprescindível repensar e reconstruir o currículo da Geografia escolar, o que, por sua vez, constitui-se numa ação complexa e muito difícil, pois, tanto o currículo oficial quanto o oculto resistem à incorporação de vários princípios decoloniais. Nesse formato de currículo, os conhecimentos geográficos prescritos e ensinados na escola permanecem firmes na lógica da colonialidade do poder e do saber, privilegiando a Europa como centro do mundo, inclusive nas representações geográficas.

O processo de descolonização da ciência geográfica e da Geografia escolar requer, a priori, a incorporação de novas epistemologias na produção dos saberes geográficos nas universidades e instituições de pesquisas, bem como a introdução de novas práticas curriculares na escola. A incorporação do pensamento decolonial no ensino de Geografia implica a vinculação dos conhecimentos prescritos no currículo com as vivências e subjetividades das pessoas e dos lugares invisibilizados pelo processo colonial. Assim, é urgente e necessária a renovação da Geografia escolar no sentido pragmático e epistemológico, de modo que as experiências e os saberes dos povos do sul global sejam valorizados e que uma nova releitura do espaço geográfico seja promovida considerando as diferenças culturais e as questões raciais, de classes sociais, etc.

Reiterando a necessidade da incorporação do pensamento decolonial no ensino de Geografia, é pertinente destacar as contribuições que Suess e Silva (2019, p. 26 - 27) realizam no estudo intitulado de *A perspectiva decolonial e a (re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia*. Os

autores discutem o processo de descolonização da Geografia escolar e analisam como a perspectiva decolonial, por meio da releitura de conceitos geográficos, pode contribuir para uma educação crítica em Geografia. Após as discussões realizadas, os autores propõem algumas sugestões de como descolonizar ou de pelo menos iniciar esse processo na Geografia escolar. A seguir algumas sugestões pensadas por eles:

- resgatar e considerar outros autores da Geografia e das ciências humanas que saiam do eixo do Norte Global, levando em conta produções independentes de brasileiros, latino-americanos, africanos e asiáticos; [...] - analisar e desmitificar como o colonialismo do poder, o colonialismo do ser e o colonialismo do saber prevalecem na mentalidade da população latino-americana e qual é o seu papel para alimentar o sistema-mundo; - considerar o genocídio/epistemicídio dos povos indígenas, negros e outras minorias políticas como um projeto de poder; [...] - valorizar a história e os saberes de povos subalternizados. Considerar para além das questões de classes, o gênero, a sexualidade, a mulher, o racismo, o negro, o índio e o diferente para uma nova re(leitura) da sociedade e do espaço geográfico; [...] - propor uma nova análise do espaço geográfico e de seus conceitos (lugar, território, paisagem, região, sociedade e natureza) a partir da perspectiva decolonial.

Diante do que foi exposto, é possível afirmar que a discussão central em torno da inserção do pensamento decolonial no ensino de Geografia concentra-se no processo de descolonização das práticas pedagógicas, que buscam evitar a propagação de conteúdos escolares e práticas que colaboram para a perpetuação da colonialidade do saber na ciência geográfica, na formação do estudante e na leitura e compreensão de mundo.

Conclusões

Conduzido pelo objetivo de discutir como tem ocorrido a incorporação do pensamento decolonial no ensino de Geografia, ficou evidente, nesse estudo, que o desafio de descolonizar as práticas e o conhecimento geográfico requer mudanças mais profundas e mais amplas em vários aspectos. Cabe destacar como exemplo os processos formativos dos professores, os currículos, os livros didáticos, os discursos eurocêntricos reproduzidos em sala de aula pelos professores etc. Neste artigo são apresentadas algumas sugestões de práticas decoloniais para as aulas de Geografia que, por sua vez, dão margem para um aprofundamento do debate teórico e empírico sobre as diferentes leituras do espaço e dos conceitos geográficos e sobre um outro sistema de mundo.

Entre estas ponderações, vale dizer, por fim, que os termos, os conceitos, as categorias de análise utilizadas, o modo de abordá-las e as inferências realizadas no presente trabalho estão, de modo geral, circunscritas na perspectiva dos autores decoloniais que fundamentaram essa pesquisa bibliográfica.

Referências

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

CRUZ, Eliane Almeida de Souza e. **Pedagogia Decolonial Antirracista: Ações pedagógicas para uma construção possível**. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares), Instituto de Educação da UFRRJ. Nova Iguaçu-RJ, p. 225. 2020.

CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. *In.*: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Orgs.) **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In.*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF: Dossiê: literatura, Línguas e Identidades*. Rio de Janeiro: **Cadernos de Letras da UFF**, n 34, p. 287-324, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios – diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. *In.*: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In.*: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

SACAVINO, Susana; CANDAU, Vera Maria. Perspectiva decolonial e educação intercultural: articulações. *In.*: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Pedagogias decoloniais e interculturalidade: insurgências**. Rio de Janeiro: APOENA, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. *Porto Alegre: Sociologias*, n 43, set/dez 2016, p. 14-23.

SILVA, Tatiane Regina da. **Geografia e pensamento decolonial: um diálogo necessário**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia - MG, p. 137. 2020.

SUESS, Rodrigo Capelle; SILVA, Alcineia de Souza. A perspectiva descolonial e a (re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia. Santa Maria-RJ: **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 23, 2019.

WALSH, Catherine; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria. Colonialidade e Pedagogia Decolonial: Para Pensar uma Educação Outra. Arizona: **Arquivos Analíticos de Políticas educativas**, n 83, 2018, p. 1 - 16.